

A INCLUSÃO NA ESCOLA PÚBLICA EM QUESTÃO

Adriana Oliveira de Freitas

Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

e-mail: adriana-0785@hotmail.com (1)

Carlos Eduardo B. Alves

Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

e-mail: edu.udeam@hotmail.com(2)

Sônia Maria Pereira de Lima

Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

e-mail: sonia.lima2013@yahoo.com.br

Resumo: Trata-se de um estudo que objetivou refletir sobre os desafios da inclusão de estudantes surdos em turmas de ensino regular na escola pública, a partir de uma pesquisa qualitativa desenvolvida numa escola estadual localizada no interior de Pernambuco. Escolhemos como lócus deste estudo, 01 (uma) turma de Educação Especial cujo professor especializado e fluente em LIBRAS e uma turma de ensino Regular, contando com a presença de um (01) intérprete. Constituíram-se participantes da pesquisa dois tipos de profissionais com funções diferenciadas, mas de igual relevância para o estudo: os professores regentes e o intérprete de libras. Composto o cenário analisado, participaram também dois grupos de surdos em espaços pedagógicos referenciados, a turma especial e a regular. Os resultados apontaram que especificamente em relação à educação de surdos, ainda existem controvérsias que geram debates e polêmicas, pois parece que já não faz sentido a simples inserção física do estudante no ambiente escolar, quando o profissional intérprete que é contratado para atuar junto a esse estudante, não se encontra preparado pedagogicamente para atender suas necessidades de aprendizagem, o que acaba implicando na promoção de uma falsa imagem de inclusão com sucesso pela escola. Sugere-se formação continuada para o professor e intérprete, a fim de que haja melhoria no atendimento à inclusão na escola pública.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Surdez; escola pública, ensino.

Introdução

Nos últimos anos vários têm sido os desafios postos para a Educação Básica visando o redirecionamento e a inovação do processo de ensino e de aprendizagem. Um dos maiores desafios tem sido a implementação de políticas públicas que contribuam para promover a inclusão e acessibilidade, bem como o respeito às diferenças culturais, sociais, étnicas e religiosas, sobretudo na escola pública. Um dos indicadores de processo dessas políticas, têm sido a formação docente e a qualificação profissional dos professores para trabalhar com os diversos tipos de inclusão. Nesse sentido, o objetivo é que cada profissional perceba a diferença entre inclusão, exclusão, segregação e integração, no processo ensino-aprendizagem e possam

desenvolver práticas que promovam uma educação de qualidade social para todos. De acordo com Mantoan (1997, p.92),

a inclusão é impossível de se efetivar por meio de modelos tradicionais de organização do sistema escolar. A inclusão, ao contrário, tem como meta não deixar ninguém fora do sistema escolar. A inclusão se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno.

Nessa mesma linha de pensamento, Reyes (2005) ressalta que ao se pensar em educação inclusiva no ambiente escolar é preciso compreender que “a inclusão não deve se restringir apenas a pessoas com algum tipo de deficiência, mas deve ser estendida também a todo tipo de pessoas com diferenças étnicas e culturais” (p.56). Ressalta ainda, que a escola na contemporaneidade, não pode ignorar que os tempos são outros e que o processo de ensino-aprendizagem precisa respeitar a diversidade étnica e cultural e, sobretudo, o atendimento às necessidades de aprendizagem e inclusão, a fim de que a educação seja realmente um direito de todos. Por esse viés, há necessidade de que o professor tenha compreensão da importância da escola e dos tipos de inclusão, sendo a sua prática pedagógica essencial nesse processo.

Parte-se do entendimento de que o professor e demais profissionais da educação inclusiva trazem consigo a missão de dar respostas às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com um foco específico naqueles que são vulneráveis à marginalização e à exclusão. Nesta perspectiva, compreende-se que o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, ao se propor acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras, abre a possibilidade de combater a exclusão e responder às especificidades de todos.

Por outro lado, nas últimas décadas, as diretrizes da “Educação para Todos” se efetivaram com vista à universalização do acesso à educação, resultando no aumento significativo do número de matrículas. Foram geradas novas demandas para as escolas, advindas da presença de grupos sociais diversificados em sala de aula, entre eles o de crianças e adolescentes com deficiência. A transformação dos sistemas educacionais para a inclusão de estudantes com deficiência vem acarretar numa mudança que possibilita tanto o acesso às turmas comuns do ensino regular, como a ampliação da oferta de atendimento educacional especializado, propiciando um real acesso ao saber escolar. O movimento em vista à educação inclusiva fez aflorar a defesa dos direitos de todos, denunciando a situação de exclusão no processo educacional.

Com base nessa reflexão e nos “conceitos de inclusão enquanto acolhimento respeito a diferença na igualdade quando se pensa numa educação para todos” (SANTOS, 2005, p.34), entende-se que a inclusão requer um olhar para o outro e desse modo a ação docente deve ser

pautada nessa compreensão. Essa busca por um ensino inclusivo e pautado no respeito a diversidade e deficiências, sobretudo na escola pública, nos remete ao seguinte questionamento: até que ponto os professores estão realmente preparados para planejar na perspectiva da inclusão de estudantes com algum tipo de deficiência em turmas de ensino regular? .

Em busca de respostas para esse questionamento, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a inclusão, além de uma pesquisa qualitativa em uma escola pública, sendo esse estudo desenvolvido durante as aulas de conhecimentos pedagógicos do curso de Pedagogia da UNINTER Polo Caruaru.

Educação inclusiva: breve reflexão

Educação Inclusiva pode ser compreendida como uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. Essas diferenças sempre existiram e precisam ser reconhecidas e valorizadas sem preconceitos. A inclusão prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Segundo Dorziat (1999, p.58) é “todos os estudantes, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. Sendo necessário que haja mudanças de paradigma educacional, a fim de que as escolas atendam as pessoas com deficiências sem discriminar, sem preconceitos”.

Os dados que serão aqui apresentados mostram que existem possibilidades sendo criadas para um processo real de reordenamento do sistema educacional, desestabilizando arcaicas concepções sobre a educação e exigindo uma mudança na formação de professores, assim como um planejamento para organização dos recursos necessários. A escola inclusiva está ligada ao acolhimento, à qualidade do ensino, que se revela pela capacidade de mobilizar-se em busca de recursos materiais e humanos. Deve saber administrar com sabedoria; possuir professores competentes; possuir um projeto pedagógico que privilegie a participação de todos os atores envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem: gestores, professores, funcionários, pais, estudantes, comunidades, como também a ampliação e utilização inteligente dos conhecimentos produzidos na escola.

A própria Constituição Federal de 1988 registrou o direito público subjetivo à educação de todos os brasileiros; o surgimento de leis federais, estaduais e municipais que tratavam de direitos e acessibilidade das pessoas com deficiência; a Lei 7.853, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e reafirmou a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino. Sem esquecer a Declaração de Salamanca, de 1994, e tantas outras, que tratam da inclusão e das Políticas de Educação.

Dentre estas pessoas com deficiência, encontram-se as pessoas surdas, mas especificamente aqui para este estudo, os líderes surdos, aqueles que não importando em que lugar, em que espaço, em que situação esteja, deixa a sua marca, a sua conquista, a sua fala (oral ou gestual), a sua escuta. A pessoa surda que iremos nos reportar é aquela que se comunica normalmente por meio da linguagem gestual, no nosso caso a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e utiliza a visão para apreender o mundo, faz parte de uma minoria linguística e têm o direito de participar das experiências de aprendizagem com a mediação de sua língua natural.

É detentora de uma identidade e uma cultura surda como elementos primordiais para sua diferença. Ratificamos as palavras de Skliar (1998) ao afirmar que, “a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada” (p.11). Aceitar culturalmente as pessoas surdas é respeitar a luta historicamente construída e socialmente estabelecida; é combater a perversidade das ações homogeneizadoras dos opressores que tentaram a aniquilar, de forma discriminatória e excludente. Vislumbramos fortes relações entre o que preconiza Freire e os adeptos das atuais correntes denominadas “Estudos Culturais” e “Estudos sobre a Pessoa Surda”.

A inclusão e o estudante com um tipo de deficiência: a Surdez

Embora tenhamos a compreensão de que a Educação Inclusiva não visa apenas a pessoa surda, mas todos os estudantes, com ou sem deficiência, sobretudo àqueles que, devido as suas diferenças, foram expulsos do sistema educacional formal, sendo muitas vezes, taxados de incapazes por não se moldarem a um padrão pré-estabelecido, escolhemos por objeto de nosso trabalho um tipo de deficiência, ou seja, a pessoa surda. A pessoa surda comunica-se normalmente por meio da linguagem gestual. Para que isto ocorra, faz-se necessário inserir o surdo naquilo que o caracteriza cultural e linguisticamente, ou seja, sua língua natural, que é a língua de sinais, no nosso caso, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Assim, LIBRAS é uma língua de modalidade gestual-visual que utiliza como meio de comunicação movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão. Entretanto, os surdos não tinham e podemos dizer que ainda hoje não têm assegurado à aprendizagem da leitura e da escrita. As dificuldades encontradas por eles são produto de vários fatores, entre eles o enraizamento de tradições padronizadas de ensino, as quais não veem as diferenças como possibilidades de construção de conhecimento.

Nesse sentido, pensamos ser necessário traçar um olhar para a sua inclusão, partindo das seguintes questões: Quais as necessidades que os estudantes surdos apresentam? A inserção

do intérprete de língua de sinais contribui e de que forma neste processo inclusivo com estudantes surdos junto a estudantes ouvintes.

Metodologia

Realizamos uma pesquisa qualitativa e escolhemos como lócus deste estudo duas modalidades de ensino: a turma Especial que tinha um professor especializado e fluente em LIBRAS e a turma Regular, com a presença de intérprete, em uma escola estadual, localizada no interior do Estado de Pernambuco. Constituíram-se participantes da pesquisa dois tipos de profissionais com funções diferenciadas, mas de igual relevância para o estudo: os professores regentes e o intérprete de libras. Compondo o cenário analisado, participaram também dois grupos de surdos em espaços pedagógicos referenciados, a turma especial e a regular.

Após a escolha da escola e identificação dos grupos, considerando os objetivos traçados pela pesquisa e consultando a bibliografia especializada, foram definidos que meios atenderiam aos anseios propostos, sendo selecionados como instrumentos para coleta de dados a Entrevista e a Observação.

Resultados e Discussões

Durante as observações e entrevistas realizadas, alguns resultados foram identificados. Primeiro, verificou-se que, na turma especial, os estudantes estavam sempre conversando com a professora e entre os colegas, tudo em LIBRAS. Isso acontecia de forma bem natural: brincavam, brigavam por brincadeira, demonstravam afetividade ou animosidade, dependendo de momento. Havia um forte laço afetivo entre os estudantes e a professora. Na turma regular, considerada inclusiva, observamos que a professora tinha reações diversas, num momento era mais amena, em outro mais autoritária e toda a interação que acontecia entre os estudantes surdos e os colegas, ou mesmo com a professora era por meio do intérprete. E a professora apesar de reconhecer a importância da língua de sinais para a aprendizagem dos seus estudantes surdos, enfatizou em sua entrevista não dispor de tempo para aprender LIBRAS, e que nunca foi promovida formação continuada para que aprendessem novas estratégias para ensinar e interagir com a língua de sinais em libras.

O professor, na educação inclusiva, precisa ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas.

Nesse sentido observa-se que especificamente em relação à educação de surdos, ainda existem controvérsias que geram debates e polêmicas, pois parece que já não faz sentido a simples inserção física do estudante no ambiente escolar, quando o profissional intérprete que é contratado para atuar junto a esse estudante, não se encontra preparado pedagogicamente para atender as necessidades de aprendizagem desse estudante, o que acaba implicando na promoção de uma falsa imagem de inclusão com sucesso pela escola.

Conclusão

A nossa pesquisa revelou que o fato de existirem surdos em uma turma regular é um aspecto positivo para a escola, porque a presença dos surdos em sala de aula parece possibilitar a todos os membros da comunidade escolar oportunidade de crescimento social, filosófico e linguístico. Negativamente, podemos afirmar que as salas regulares, apesar dos avanços, ainda estão sob a responsabilidade de professores que conhecem pouco ou nada sobre a surdez e as suas necessidades, os modos e estratégias necessárias para facilitar a aprendizagem dos surdos.

É falsa a ideia de que a simples interpretação simultânea para LIBRAS garantirá a aprendizagem. Não basta apenas atitudes de tolerância na sala de aula, que levam os professores e estudantes ouvintes a aceitarem, acharem interessantes, acolherem e, muitas vezes, se solidarizarem com os colegas surdos, sem que não haja de fato uma interação efetivamente com eles. Fazer opção pela Inclusão é uma escolha antes de tudo ética. Não uma ética sem política, mas uma ética voltada para a responsabilidade. Há necessidade da formação docente para atualização da prática de sala de aula numa direção inclusiva.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Brasília, DF, 2005. Disponível em:
Acesso em: 24 set. 2012

_____. Presidência da República. **Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Paulo Renato Souza, 2002. Disponível em: Acesso em: 07 abr.2013.

DORZIAT, A. **Concepções de surdez e de escola: ponto de partida para um pensar pedagógico em escola pública de surdos.** 1999. 230f. Tese (Doutorado em Educação Especial)

Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

MANTOAN, Maria Tereza Egler, **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** SP: Moderna, 2003.

REYES CELEDON, Esteban. **Da Educação: um estudo sobre o sentido da educação hoje.** Disponível em: geocities.com/profestebanpolanco Acesso em: 08 ago. 2005.

SANTOS, B. S. **Entrevista com o professor Boaventura de Souza Santos.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura>